

## **TÁ NA HORA DE UM SINDICATO PARA A CATEGORIA - CUT**

### **CONJUNTURA INTERNACIONAL**

1. Num mundo mergulhado na crise do capitalismo, em que o desemprego atinge mais de 200 milhões e com previsão de aumentar segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT, o imperialismo busca via guerras aos povos e ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores impor sua política de pilhagem e desagregação.
2. No bojo da crise do sistema capitalista, o ideário neoliberal se impõe como pensamento dominante, definindo como solução um conjunto de políticas que restringem o papel do Estado como indutor do desenvolvimento e regulador do mercado, impõem a retirada de direitos e a precarização do trabalho e restringem os gastos públicos em políticas sociais.
3. Neste cenário, a luta de classes intensifica-se e apresenta contornos mais nítidos, demonstrando as questões que colocam em campos opostos os setores da sociedade e definindo os espaços em que elas se movimentam como forças políticas em defesa de seus interesses. Para a classe trabalhadora, esse é um momento crucial.
4. Não é segredo para ninguém que, sempre que pode, usando o surrado pretexto de “promover a liberdade e a democracia” e promovendo amplas campanhas de propaganda regadas a dinheiro farto, o imperialismo dos EUA desestabiliza e derruba governos quando os vê como estorvo aos interesses de suas multinacionais, como aconteceu em Honduras e no Paraguai.
5. No Brasil, as manifestações de rua organizadas pelos setores da sociedade que não aceitaram os resultados do segundo turno das eleições presidenciais contaram com a participação ativa de entidades cujos dirigentes foram treinados e receberam recursos financeiros de organizações norte-americanas.

### **CONJUNTURA NACIONAL**

6. O atual cenário econômico e político no Brasil, muito adverso para a classe trabalhadora, contém desafios cuja natureza e complexidade exigirão o fortalecimento da luta sindical em 2015 e para além do congresso nos próximos anos, um posicionamento firme e uma estratégia de alianças e de acumulação de forças para resistir à política de ajuste que transfere para os/as trabalhadores o ônus da crise econômica com a retirada de direitos (MPs 664 e 665) e o desemprego; para resistir e derrotar, com igual ímpeto, a ofensiva dos empresários no Congresso visando a precarização das relações do trabalho e o enfraquecimento dos sindicatos (PLC/15 da terceirização); para enfrentar, com igual veemência, a ofensiva da direita para desestabilizar a ordem democrática e, ao mesmo tempo, para exigir

as mudanças necessárias ao fortalecimento da própria democracia brasileira como a reforma política, a democratização dos meios de comunicação e a reforma agrária, além da continuidade do projeto de desenvolvimento que promova o crescimento, fortaleça a educação, diminua as desigualdades, amplie a inclusão social .

## **DEFESA DO TRABALHO E DOS DIREITOS**

7. A luta contra a aprovação no Congresso das MPs 664 e 665 e do PL 4330 levou o Movimento Sindical a desenvolver uma das mais intensas campanhas de mobilização de suas bases dos últimos anos em defesa dos direitos ameaçados da classe trabalhadora, envolvendo paralisações no local de trabalho, manifestações de rua e atos públicos nas capitais dos estados e cidades do interior, pressão sobre os parlamentares nos estados de origem, nos aeroportos e dentro do próprio Congresso.
8. Para entendermos a conjuntura turbulenta que vivemos, é importante analisar a recomposição do setor conservador nos últimos anos, particularmente no Congresso, palco decisivo da luta pelos direitos.
9. A maioria conservadora no Congresso Nacional já mostrou a que está disposta, aprovando o projeto de redução da Maioridade Penal, que degrada a relação do Estado com a juventude; a “ PEC da Bengala” que eleva para 75 anos a idade em que os juízes devem se aposentar, impedido a renovação do Supremo durante o segundo mandato de Dilma e criando uma relação de cumplicidade entre o poder judiciário e o poder legislativo.
10. O STU deverá dar continuidade a luta contra a aprovação o PLC/15 (antigo PL4330) no Senado, exigindo que sejam contempladas na sua regulação questões fundamentais: a proibição da terceirização na atividade fim, o reconhecimento da responsabilidade solidária entre a empresa contratante e a contratada, o reconhecimento da representação sindical pela categoria preponderante.

## **CONJUNTURA ESTADUAL**

11. Se fosse um país, São Paulo estaria entre as 20 maiores economias do mundo. No entanto, essa riqueza não tem sido sinônimo de qualidade de vida, tampouco de soluções efetivas para os graves problemas que assolam o estado, que hoje sofre as consequências de décadas de governos não comprometidos com os interesses da maioria da população. Nos anos 90, com a ascensão do PSDB, se consolida o modelo de governos de corte neoliberal no campo econômico e social e, no campo político, administrações marcadas pelo autoritarismo e pelo enfrentamento aos movimentos sociais e às reivindicações trabalhistas, buscando sempre derrotá-los, nunca optando pelo diálogo e negociação.
12. Apesar de ser o estado mais populoso, rico e dinâmico do Brasil, a qualidade de vida de sua população não vai bem, contribuindo para

esse quadro tanto a falta de políticas de desenvolvimento econômico como a ausência de políticas sociais e ações afirmativas, inclusive dificultando programas sociais federais de grande impacto viessem que para o estado, sendo o Minha Casa, Minha Vida o exemplo mais gritante.

## **O GOVERNO ALCKMIN**

13. A crise de abastecimento e de racionamento de água, afetando principalmente as regiões mais vulneráveis do estado e as periferias das grandes cidades; o Metrô, que já foi padrão de excelência em serviços na capital paulista, tem sido palco para toda sorte de problemas e escândalos, tendo sua necessária expansão travada; o aumento da criminalidade organizada, que espalha insegurança nos grandes e pequenos municípios; a aprovação automática sem critério, que faz com que milhões de crianças e jovens deixem a escola sem aprender, além de um quadro alarmante no ensino médio e a crise sem precedentes que vivem hoje as universidades públicas estaduais paulistas.
14. Ao analisar algumas áreas veremos claramente:
15. Na saúde, São Paulo não participa de maneira adequada do Sistema Único de Saúde (SUS) e se recusa a participar de programas importantes do governo federal, como o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência);
16. Na educação, além dos índices pífios atingidos pelo sistema estadual, o governo fechou salas de aula e se recusou ao diálogo com o magistério. Tratando a greve dos professores/as como se não existisse e buscando desmoralizar o sindicato e a categoria;
17. Neste momento que elaboramos esta tese para o Congresso dos Trabalhadores da Unicamp, pais, alunos e professores da rede estadual de ensino de São Paulo estão protestando contra a reorganização escolar prevista para 2016.
18. O objetivo do governo Alckmin é separar em prédios diferentes o ensino médio, os anos iniciais (1º ao 5º) e os anos finais (6º ao 9º). Isso sem ter feito nenhum diálogo com professores, trabalhadores do setor e população em geral, mesmo que a medida possa levar a demissões, superlotação das salas de aula e prejuízos em geral para a educação pública.
19. A medida poderá atingir um grande número de escolas, como num efeito cascata. Ao fechar algumas unidades, outras precisarão ser adaptadas para a mudança. Levantamento do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp) aponta que desde o início do ano foram fechadas 3.390 classes. De acordo com a entidade, pelo menos 163 escolas serão eliminadas se Alckmin seguir com esta proposta.

20. O professor e presidente da CUT São Paulo, Douglas Izzo, fala sobre o descaso do governo. "Alckmin não dialoga com os professores, diretores e trabalhadores em geral e é exemplo de truculência com a categoria e os servidores. Paga péssimos salários e joga o fechamento das escolas goela abaixo da população, sem consultar a opinião das pessoas e sem levar em conta que isso já afeta várias famílias e regiões", protesta o dirigente.
21. A rede estadual tem hoje 3,8 milhões de alunos e 5.108 escolas. A 'reorganização escolar', que pretende transferir de 1 a 2 milhões de alunos, será anunciada pelo governo estadual no dia 14 de novembro.
22. Além da crise na educação há ainda a crise da falta de água, retardada pelas chuvas, voltará, pois a Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) fez clara opção por ser empresa de mercado, privilegiando os ganhos dos acionistas, em detrimento da solução, de investimentos e de uma atuação voltada para a população.
23. A relação com os movimentos sociais e com os sindicatos é frequentemente estabelecida na base do "tiro, porrada e bomba". Esse modelo, típico do neoliberalismo, foi praticado na recente greve heróica da educação: o governo recusou o diálogo, buscando sempre a criminalização do movimento e de suas lideranças, numa clara perspectiva de desmoralizar o sindicato e a categoria.

## **UNIVERSIDADE**

24. A Gestão Tadeu/Alvaro tem buscado cumprir o programa de Gestão, infelizmente a conjuntura nacional e estadual tem sido adversa, com redução do ICMS e incertezas com relação à economia.
25. O STU acertou em negociar na Data-base um acordo que dá possibilidade de um reajuste real dos salários em 2015, mesmo com toda a adversidade do cenário econômico.

## **ESTRUTURA SINDICAL**

26. A nossa tese defende a refiliação do STU à Central Única dos Trabalhadores – CUT, como a Central mais combativa e plural na defesa dos direitos dos trabalhadores.
27. Defendemos manutenção da proporcionalidade na eleição sindical do STU, bem como paridade de gênero na direção.

## **ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DO STU**

28. Alteração do Artigo 20º § 1º - “As Assembleias Ordinárias serão para tratar de assuntos referentes a: finanças, patrimônio, julgamento de atos de diretores, membros do CR e filiados, aprovação de edital de convocações de eleições e regimentos; delas só poderão participar com direito a voz e voto os associados que tenham 3 (três) meses de filiação e que estejam em dia com as suas obrigações sindicais.
29. Alteração do Artigo 36º - “A Diretoria, órgão executivo do Sindicato, será composta por 22 (vinte e dois) membros, de forma proporcional direta e qualificada entre as chapas inscritas e divididas em Coordenações, sendo eleita pelo voto direto e secreto de seus associados em dia com as obrigações estatutárias.”
30. Alteração do Artigo 37º - § 4º - “Os vinte e dois diretores eleitos ocuparão as coordenações acima mencionadas, sendo possível a sua acumulação.”
31. Alteração do Artigo 48º § 2º - “A composição das chapas deverá ter paridade de gênero (50% homens e 50% mulheres).
32. Os Diretores liberados do STU deverão desenvolver as atividades deliberadas pela Diretoria do STU e Assembleias da categoria. A não realização das atividades ou a ausência sistemática sem justificativa será denunciada à categoria e solicitada a substituição à chapa que indicou o diretor, pois não podemos concordar que diretores que recebem salários pagos pela universidade (dinheiro público) abandonem o mandato e continuem recebendo sem trabalhar.

## **PLANO DE LUTAS**

### **CULTURA E LAZER**

33. O STU deverá priorizar no Plano de Lutas as atividades que visam a integração da categoria tais como: Torneio de Futebol Zumbi dos Palmares, na categoria infantil e adulto, Festa Junina, Baile do Funcionário Público e do Final de Ano, Cine-Clube do STU, bem como a realização de vivências culturais através de excursões a museus, quilombos, etc.
34. A integração da categoria irá fortalecer a luta política pois a categoria estará sempre presente nas atividades do STU, proporcionando momentos únicos de formação e diálogo com os(as) trabalhadores(as).

### **O STU E A PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL**

35. O Decreto 6.872, de 4 de junho de 2009, assinado pelo Presidente Lula e pela Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff é emblemático, pois

traduz toda a luta do movimento negro pela promoção da Igualdade Racial em nosso país

36. Pelo Decreto 6.872/09 fica aprovado o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR) e é instituído o Comitê de Articulação e Monitoramento do PLANAPIR, cuja competência, entre outras, é: propor, metas e prioridades; estabelecer a metodologia de monitoramento; acompanhar e avaliar as atividades de implementação; promover difusão do PLANAPIR junto a órgãos e entidades governamentais e não-governamentais; propor ajustes de metas, prioridades e ações; elaborar relatório anual de acompanhamento das ações e propor revisão do PLANAPIR, semestralmente, considerando as diretrizes emanadas das Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial.
37. Os objetivos do PLANAPIR estão agrupados em 12 eixos temáticos tais como: Trabalho e Desenvolvimento Econômico, Educação, Saúde, Diversidade Cultural, Direitos Humanos e Segurança Pública, Comunidades Remanescentes de Quilombos, Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais de Terreiro, Política Internacional, Desenvolvimento Social e Segurança Alimentar, Infraestrutura e Juventude.
38. A aprovação do Estatuto da Igualdade Racial pelo Congresso Nacional fixou um marco legal no estabelecimento de políticas públicas para a superação das desigualdades raciais no Brasil, entretanto o PLANAPIR é o termo de referência para atingir as metas do Governo Lula e, portanto deve ser divulgado e debatido por toda a sociedade brasileira.
39. Os Governos Lula e Dilma são os governos que mais fizeram pela promoção da igualdade racial, só através do PROUNI (Programa Universidade para Todos) colocou mais estudantes negros na universidade em dez anos do governo do que a soma de todos os governos da república. Entretanto, é preciso avançar mais rapidamente e enfrentar os setores conservadores da mídia e dos partidos de oposição (PSDB/DEM/PPS) que são contra as políticas afirmativas e querem manter a nefasta desigualdade econômica e política entre brancos e negros em nosso país.
40. A Tese **TÁ NA HORA DE UM SINDICATO PARA A CATEGORIA – CUT**, propõe que o Congresso do STU aprove no Plano de Lutas e incorpore em sua pauta prioritária os seguintes pontos:
41. Igualdade Racial: Lutar pela institucionalização do Núcleo de Consciência Negra na Unicamp;

42. Saúde: Implementar a Política Integral de Saúde da População Negra no âmbito da área de saúde da Unicamp, conforme estabelece a Portaria MS 992/2009;
43. Educação: Lutar pela aplicação da Lei 10639/03 e Lei 11.45/08, que estabelecem a obrigatoriedade do estudo da história geral da África e da história da população negra e indígena no Brasil, observado o disposto na Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996 no sistema educativo da Unicamp;
44. Trabalho e Renda: Promover ações que assegurem a igualdade de oportunidade nas avaliações de desempenho e acesso às funções gratificadas na Unicamp;
45. Cultura: Reorientar as verbas de investimento em cultura no que concerne especificamente ao fomento das manifestações culturais negras e populares na Unicamp;
46. O STU deverá retomar a realização das Olimpíadas dos Trabalhadores da Unicamp aproveitando a realização das Olimpíadas do Rio de 2016;
47. Estado laico: Defesa incondicional da laicidade do Estado, contra todas as formas de intolerância religiosa, garantido o acesso das religiões de matriz africana aos espaços de capelania existentes na Unicamp;
48. Segurança alimentar e nutricional: Estímulo a práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população brasileira nos restaurantes universitários;
49. Mídia: A produção veiculada pelos órgãos de comunicação da Unicamp valorizará a herança cultural e a participação da população negra na história do município, do estado e do Brasil;
50. Campus Tranquilo: Lutar pelo desenvolvimento de programas para coibir a violência e o racismo institucional;
51. Mulher: Promover programas que assegurem atenção às mulheres em situação de violência na Universidade, garantida a assistência física, psíquica, social e jurídica;
52. Juventude: Desenvolver um programa de enfrentamento à violência contra a juventude negra no âmbito da Universidade;
53. Lutar pelo cumprimento da proposta de Isonomia da Gestão Tadeu/Alvaro;
54. O STU deverá buscar parcerias culturais para a promoção da acessibilidade dos funcionários aos Festivais de Teatro, Dança,

- Música, em especial do Festival Internacional de Teatro (12º Feverestival) que acontecerá em fevereiro de 2016;
55. Todo apoio do STU ao Grito em Defesa da Escola Pública de Qualidade no Estado de São Paulo, divulgando a pauta de luta e participando das manifestações promovidas pelo movimento;
  56. Fortalecer o Fórum das Seis, o Conselho de Representantes do STU e a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) da Unicamp;
  57. Não à Terceirização, não aprovação do PLC/15 (PL4330);
  58. O STU deverá promover seminários e fóruns sobre o trânsito na Unicamp, em defesa das ciclovias, da segurança das crianças do sistema educativo da Unicamp, contra a perversa lógica de privilégios para chefias no estacionamento de seus carros particulares na Unicamp;
  59. Fim do Assédio Moral nos Campi da Unicamp.
  60. O STU deverá apoiar a participação dos trabalhadores da Unicamp e Funcamp no Congresso Internacional Presença Paulo Freire a realizar-se em Cuba em maio de 2016;
  61. Pela implementação das cotas raciais e sociais nos vestibulares da Unicamp;
  62. O STU deverá apoiar a organização dos Vigilantes das Instituições Públicas de Ensino Superior através das ações da Fasubra e realizar Seminários e debates com a categoria, bem como participar do próximo encontro na UFRJ;
  63. Pela constituição de Comissões Sindicais de Base em todas as unidades, em especial na Area de Saúde;
  64. Fim da violência policial contra a juventude negra e da periferia;
  65. O STU deverá promover um evento festivo de final de ano para todos os seus associados e familiares (gratuito).
  66. Pela implementação na Unicamp para docentes, funcionários, estudantes e pacientes do “nome social”, como uma efetiva medida para ampliar a cidadania da população LGBT na Unicamp;
  67. Pela implementação do quesito raça/cor no âmbito da Unicamp e Funcamp;
  68. O XIII Congresso dos Trabalhadores da Unicamp delibera que o valor dos descontos do Imposto Sindical dos não sócios seja retido para a constituição de um fundo da construção da Sede;
  69. A Tese **TÁ NA HORA DE UM SINDICATO PARA A CATEGORIA – CUT** reivindica que o Congresso dos Trabalhadores da Unicamp delibere que seja incorporado no Plano de Lutas do STU as propostas da Carta de Intenções elaborada na Semana do Meio Ambiente da Unicamp usando a metodologia denominada Café Mundial, que teve como pergunta instigadora: Que Unicamp queremos? (anexo 1);
  70. **NÃO AO GOLPE E VIVA A DEMOCRACIA !!!**

## ANEXO 1

### 71. MAPA DA TRAJETÓRIA RUMO À UNICAMP SUSTENTÁVEL CARTA DE INTENÇÕES;

72. Nós, um grupo de funcionários, alunos e docentes dessa Universidade fizemos um movimento para criar um coletivo com o objetivo de identificar nossos valores e sonhos compartilhados, assim como ideias e ações sentindo e pensando uma Universidade sustentável. Nossa primeira ação coletiva foi a construção da Semana do Meio Ambiente, a qual teve como objetivo inspirar e disseminar um novo olhar e um novo sentido relativo às questões socioambientais, além de despertar o nosso compromisso e envolvimento com a trajetória e construção de uma Universidade mais sustentável. Uma das atividades na semana foi a realização de um encontro que usou a metodologia denominada Café Mundial, que teve como pergunta instigadora: Que Unicamp queremos? Dessa forma, num trabalho de construção colaborativa, a partir da identificação dos Valores do Grupo, foi possível desenhar a “Visão de futuro para a Unicamp”, e elencar Ações necessárias à realização da Visão. VALORES DO GRUPO DE TRABALHO Amor Cidadania Respeito Fé Espiritualidade Cooperação Liderança Intuição Deus Diversidade União Oração Sensibilidade Transformação Renascimento Família Renovação Superação Busca Serenidade Vontade Intenção Autonomia Sincronicidade Alegria Dedicção Perseverança Propósito Esperança Cuidados Maternidade Paternidade Amizade Desafios Convivência Coletivo Escolhas Sentido Humildade Colaboração Autoconhecimento Simplicidade Prosperidade Educação Vínculos dedicação Harmonia Criatividade Consciência Sensibilização.

73. VISÃO DE UM FUTURO SUSTENTÁVEL PARA A UNICAMP “UNICAMP É REFERÊNCIA COMO UMA UNIVERSIDADE SUSTENTÁVEL EM 10 ANOS, ONDE PREDOMINA A UNIÃO, A GENEROSIDADE, A DIVERSIDADE SOCIAL, A PARTILHA E O AMOR.” PROPOSTAS DE AÇÃO 1) Plano Diretor PRAZO DE 5 ANOS a) Crescimento urbano planejado, incluída a Fazenda Argentina; b) Adequação e melhoria dos abrigos dos pontos de ônibus; c) UNICAMP sem dengue; d) Ambientalização no campus como programa institucional; e) Programa contínuo de arborização no campus e implantar um projeto paisagístico. PRAZO DE 10 ANOS f) Edificações sustentáveis (projeto arquitetônico e de construção civil). 2) Programa de Mobilidade PRAZO DE 5 ANOS a) Bicicletas comuns e elétricas para uso compartilhado no campus; b) Transporte de fácil acesso; c) Redução do número de carros e maior incentivo ao uso de bicicletas pelos Campi e outros meios de transportes coletivos alternativos; d) Revisão do projeto urbano viabilizando a mobilidade urbana através da implantação e ampliação de ciclovias, bicicletários e a reativação do projeto MOBIC; e) Projeto carona solidária implantado, incluindo a

instalação de pontos de caronas. PRAZO DE 15 ANOS 3 f) Transportes coletivos elétricos e outros usando combustível renovável.

- 74.2) Sustentabilidade inserida nos serviços e processos administrativos da universidade PRAZO DE 5 ANOS a) Exclusão da terceirização e abertura de concurso público para os terceirizados; b) Igualdade entre todos os funcionários ( Unicamp, Funcamp e Terceirizados); c) Reorganização estrutural e funcional dos restaurantes (conscientização relativa à diminuição do desperdício de alimento e consumo de descartáveis); d) Início do processo de institucionalização do programa de compras sustentáveis: adequação da UNIBEC para licitações que incluam a adoção de critérios socioambientais, e não apenas menores preços; e) Início do processo de institucionalização de compras de bens e serviços produzidos nas proximidades dos campi; f) Gestão universitária participativa em todas as instâncias, com ênfase na comunicação e mediação; g) Relações de trabalho harmônicas (mais líderes e menos chefes); h) Aumento das vagas para alunos de escola pública; i) Treinamento e capacitação para antigos funcionários promovendo mais igualdade e integração; j) Alimentação mais saudável e diversificada no restaurante da Unicamp; k) Vale alimentação para aposentados; l) Ampliação de vagas no HC, CAISM, CECOM; m) Maior democracia: voto direto e paritário nas eleições; n) Corredores de travessia para a fauna; o) Acessibilidade em todos espaços construídos nos campi; p) Maior valorização do indivíduo; q) Melhoria da segurança; r) Criação – consolidação de um grupo de ações socioambientais que integre as diversas áreas e iniciativas; s) Otimização do transporte coletivo, através da redução do custo do fretado e ampliação dos números de linhas e melhoras nos pontos de espera dos ônibus; t) Viabilizar a isonomia entre os funcionários, através do salário e da forma de contratação; u) Criação dos fóruns de diálogo acerca de festas nos Campi, implantando durante a realização do evento alguns itens de estrutura básica, como por exemplo, aumento do número de seguranças, instalação de uma base do SAMU. PRAZO DE 15 ANOS v) Fiação elétrica subterrânea.
- 3) Programa de Gestão de Resíduos Sólidos para o campus PRAZO 5 ANOS a) Lixeiras de áreas comuns revitalizadas; b) Criação de cooperativas gerando emprego e renda para pessoas da comunidade; c) Compostagem com 100% dos resíduos de poda e de alimentos gerados na universidade. PRAZO 10 ANOS a) Redução de copos descartáveis 70%; b) 100% de reaproveitamento dos resíduos com características reutilizáveis no campus; c) Cooperativa de reciclagem dentro do campus e de uma micro usina de processamento e beneficiamento de material reciclável; d) Minimização no descarte de resíduos comuns e perigosos, incluir política de não geração. PRAZO 15 ANOS e) Redução total de copos descartáveis. 4) Programa de gestão para uso eficiente de recursos, água e energia PRAZO 5 ANOS a) Redução do consumo interno de água em 30%; b) Eliminação de lâmpadas com utilização de mercúrio; c) Redução do uso de papel através da impressão frente e verso, uso de arquivos digitais e programas de educação; d) Ampliação do projeto existente na FEAGRI de apoio à reciclagem com os copos descartados no

campus; 5 e) Redução e eliminação do desperdício de alimento através de uma metodologia mais eficiente de previsão de consumo (as sobras que ocorrem, em menor quantidade, deverão ser encaminhadas ao sistema de compostagem). PRAZO 15 ANOS f) Reaproveitamento e reuso total das águas em 15 anos; g) 100% de reaproveitamento da água de chuva no campus; h) Prédios com captação de água de chuva e utilização de energia fotovoltaica; i) Adoção de energias alternativas (solar, eólica, fotovoltaica). 5) Programa de Educação socioambiental no campus PRAZO 5 ANOS a) Projetos de sustentabilidade, educação e sensibilização contínuos; b) Conscientização na separação de resíduos (política adequada de resíduo sólidos – eletrônicos, químicos, coleta seletiva); c) Trabalhar mudança de paradigmas; d) Fórum semestral para diálogo sobre ações socioambientais (desde já); e) Senso de pertencimento na universidade; f) Programa de educação ambiental para crianças; g) Programa especial de educação alimentar no campus ; h) Utilização de containers educativos pelo campus; i) Metodologias alternativas na educação infantil. 6) Ensino, pesquisa e extensão PRAZO 5 ANOS a) Inclusão da disciplina de Educação Socioambiental em todos os cursos; b) Ampliar a quantidade de projetos de extensão em geral e de educação ambiental em particular; c) Ampliação da comissão de avaliação das pesquisas incluindo a comunidade não acadêmica. 7) Comunicação eficiente 6 a) Intensificação do fluxo de informações sobre ações socioambientais realizadas no campus; b) Criação de página na internet e intranet para compartilhamento e divulgação das ações ambientais; 8) UNICAMP integrada a) Integração sistêmica do ser humano no campus (com ele mesmo, com o outro e com a natureza); b) Integração das diversas áreas no planejamento estratégico visando a Integração das ações socioambientais; c) Criação de dias de convivência e ação; d) Reativação da horta comunitária; e) Valorização e fomento do coletivo de meio ambiente com representantes dos diferentes grupos de trabalho; f) Integrar a Universidade à sociedade sem cercas, portões , grades e guaritas; g) Integração das unidades de ensino, pesquisa e extensão, órgãos administrativos e de serviços; h) Feira de trocas na Universidade; i) Criação de espaços de convivência e diálogo; j) Desenvolvimento do senso de pertencimento com um programa de cuidado e gentileza no campus; k) Criação de espaços institucionalizados de participação e diálogo que promovam reflexões profundas; l) Melhoras nas relações interpessoais, através da criação de espaços de convívio e incentivo a ações culturais.

75. FACILITAÇÃO: Rachel Cavalcanti Stefanuto ASSINAM COMO PARTICIPANTES DO CAFÉ MUNDIAL: Adélia Maria Reggio Machado – DGRH Adriano G. Amarante – DMA Antônio Djalma Fagundes da Silva – DMA Carlos Henrique Rebollo – CENAPAD Clariza Casemiro – CGU Cristina Tanikawa – FCM Daniela Defavori Casatti – DMA Eliana Ribeiro da Silva - IE 7 Elizabeth Mariano de Godoy – Ellen Amaral Silva – IB Estela Dall Oca Tozetti – DGRH Fábio Vinicius Padilha – FOP Fernanda Pereira Pascotte – DMA Gislaine Ap. Moreira - GGA Hosana de Barros – DMA Isadora Conte Pereira – IA Janaina

Camargo – IB Janaina de F. Fontebasso – DMA Jean Fabien - IFCH  
Jessica P. Trujillo Souza Jorge Bezerra – DMA Jose Antônio da Silva -  
Prefeitura Lânia Carla Splendor Costa – FCM Lauro dos Santos  
Arlindo de Mello – DMA Luciene Rodrigues Oliveira Borges – DGRH  
Maria Cristina de Oliveira Duque – GGBS Maria Gineusa de M. e  
Souza – GGA Maria José de Lima – FEA Maria Salette Mayer de  
Aquino – CEL Nilza Alzira Batista – FCM Paulo de Tarso – CEMA  
Paulo Ohana – Aluno IA Roberto Cesar Stahl – FCM Ronald Giarola –  
GGA Rosângela M. G. Martinhago – CIPA Sebastião Vital Martins –  
DEDIC Stella C M Costa – Casa do Lago Terezinha Lima Faria –  
DGRH 8 Valéria Bonfim – DGRH Vitor Yukio Kondo – FEEC  
Washington R. R. Silva – DGRH ASSINAM COMO MEMBROS DA  
COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SEMANA DO MEIO AMBIENTE:  
Adriano G. Amarante – DMA Antônio Marcos Moura – Casa do Lago  
Celso Almeida – PREAC Clariza Casemiro – CGU Cristina – GGBS  
Daniela B. de Oliveira – DEDIC Denilson F. Alves – IC Edson Cardoso  
Lins – GGBS Fábio Fadhila – FOP Fernanda P. Pascotte – DMA  
Francisco Assis Silva – DMA Gislaine Ap. Moreira – GGA Hosana de  
Barros – DMA Janaina de Fátima Fontebasso – DMA José Braga –  
CGU Juliano Henrique D. Finelli – GGA Kátia Regina Di Federico -  
DEDIC Lânia C. S. Costa – FCM Luan F. C. Oliveira – Trote da  
Cidadania Adélia Maria Reggio Machado – DEDIC Maria Gineusa de  
Medeiros e Souza – GGA Marina de Almeida Sales Andrade – DGA  
Paulo de Tarso – DMA Rachel Stefanuto – IGE Rosângela M. G.  
Martinhago – CIPA 9 Rosé Clélia Grion Trevisani – Cecom Sandro  
Tonso – PREAC Sebastião Martins Vital – DEDIC Valéria Bonfim –  
DGRH

Assinam a presente tese que foi referenciada nos documentos da  
CUT:

- FRANCISCO GENÉZIO LIMA DE MESQUITA – IA – DIRETOR  
STU/FASUBRA
- ROBERTO CARLOS DE SOUZA (FUBÁ) – GGBS – DIRETOR  
STU
- CONCEIÇÃO APARECIDA DA SILVA – IB – DIRETORA STU
- RENATA PRATTES – SIC - DIRETORA STU
- JOSÉ CARLOS DE LARA – PREFEITURA/VIGILÂNCIA –  
DIRETOR STU
- APARECIDA DO CARMO MIRANDA CAMPOS (TIDA) –  
HOSPITAL DIA
- ROSELI APARECIDA VICENTE (DLIE – ENG. BÁSICA)
- CELSO RIBEIRO DE ALMEIDA – CAC/PREAC
- ROBSON JOSÉ DE ALMEIDA – CIS/GUANABARA
- RONALDO LUIS DE ALMEIDA – CIS/GUANABARA
- ANA MARIA DE SOUZA – HC/PORTARIA